



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item 1.

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 343-B, DE 2017**  
**(DO PODER EXECUTIVO)**

*Continuação da votação, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 343-B, de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências; tendo parecer proferido em Plenário: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (Relator: Dep. Pedro Paulo); da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Dep. Pedro Paulo); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação (Relator: Dep. Pedro Paulo). Emendas de Plenário de nºs 1 a 65: tendo parecer proferido em Plenário: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 65 (Relator: Dep. Pedro Paulo); da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária das Emendas de nºs 1 a 6, 9 a*



15, 19 a 47, 49 a 51 e 53 a 65; pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas de nºs 7, 8, 16 a 18, 48 e 52; e, no mérito, pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 6, 9 a 15, 19 a 47, 49 a 51 e 53 a 65 (Relator: Dep. Pedro Paulo); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das Emendas de nºs 1 a 6, 9 a 15, 19 a 47, 49 a 51 e 53 a 65; e pela inconstitucionalidade e injuridicidade das Emendas de nºs 7, 8, 16 a 18, 48 e 52 (Relator: Dep. Pedro Paulo). Parecer reformulado, proferido em Plenário: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação parcial da Emenda de nº 33, e pela aprovação total das Emendas de nºs 56 e 64; e pela rejeição das de nºs 1 a 32, 34 a 55, 57 a 63 e 65 (Relator: Dep. Pedro Paulo); da Comissão de Finanças e Tributação, pela aprovação parcial da Emenda de nº 33, e pela aprovação total das Emendas de nºs 56 e 64, na forma da subemenda substitutiva global; e pela rejeição das de nºs 1 a 32, 34 a 55, 57 a 63 e 65 (Relator: Dep. Pedro Paulo); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Subemenda Substitutiva Global da



---

*Comissão de Finanças e Tributação (Relator: Dep. Pedro Paulo).*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento de retirada de pauta com o seguinte teor:

*Senhor Presidente,*

*Requeiro, nos termos do artigo 83, parágrafo único, II, "c", combinado com o artigo 117, VI, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Retirada de Pauta da presente Ordem do Dia do PLP nº 343, de 2017.*

*Sala das Sessões, em 10 de maio de 2017.*

*Deputado Glauber Braga*

*Líder do PSOL*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Glauber Braga. (*Pausa.*)

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA** (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero anunciar que o Vereador Vinicius Sipaúba, da cidade de Vespasiano, Estado de Minas Gerais, está aqui nos prestigiando. E ele é botafoguense, Sr. Presidente.

**O SR. RICARDO IZAR** - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. HILDO ROCHA** (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria registrar uma reunião que nós tivemos agora há pouco no Ministério da Fazenda, na tentativa de resolver o grave problema pelo qual passa a indústria de etanol do Nordeste brasileiro, afetando diretamente o Estado do Maranhão, afetando diretamente 300 mil trabalhadores do Nordeste.

O etanol de milho dos Estados Unidos está entrando sem nenhum tipo de tarifa no Brasil e prejudicando a nossa produção. No Nordeste, 70 indústrias já foram fechadas, 70 usinas de álcool foram fechadas.

Nós corremos um sério risco de acabar com a nossa grande conquista que é o biocombustível. O que os Estados Unidos estão fazendo com o mercado brasileiro é uma espécie de *dumping*.

As autoridades da Fazenda Nacional têm que ter cuidado e fazer com que a Tarifa Externa Comum — TEC volte à normalidade, porque zero acaba com o etanol brasileiro.

**O SR. RICARDO IZAR** - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Para falar favoravelmente à matéria, tem a palavra o Deputado Glauber Braga.



**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados e todos que assistem à sessão neste momento, nós da bancada do PSOL estamos em obstrução, por conta das contrapartidas draconianas, mas também pelo que está acontecendo na CPI da FUNAI e INCRA 2.

Eu fiz alguns questionamentos ao Deputado Alceu Moreira, e ele só tinha conhecimento aparentemente de uma aeronave.

Eu vou falar a matrícula das aeronaves para que o Deputado Alceu Moreira, como Presidente da Comissão, possa fazer uma averiguação, e, se utilizaram essas aeronaves sem a sua autorização, tem que se responsabilizar quem o fez.

A primeira aeronave utilizada tem a matrícula PT-VFX, da Agropecuária Barra do Baú Ltda.; e a segunda tem a matrícula PR-BBW, da Serra Grande Assessoria Agropecuária Ltda.

Disse o Parlamentar que essa utilização foi uma cessão da Prefeitura. Eu fiz o questionamento insistente ao microfone se as duas aeronaves, então, tinham sido cedidas pela Prefeitura, coisa que o Presidente da Comissão não soube responder.

Além disso, eu questionei ali o Parlamentar Presidente da Comissão se eles iriam querer indiciar uma pessoa que já está falecida desde o ano de 2008. O que eles querem, segundo a resposta dada, é uma improbidade administrativa para a pessoa que faleceu, para poder cobrar da família da pessoa.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** - Meu Líder, não justifica, porque gastaram 136 mil só na CPI fase 1!

**O SR. GLAUBER BRAGA** - É isso mesmo.

Aí eles querem agora dizer que é uma improbidade administrativa para que a família responda. Isso é um grave desrespeito à família desse senhor. Ele não está



aqui para se defender. Querem dizer que ele tem que levar uma improbidade administrativa para que a sua família venha a responder por isso, sem que ele tenha a possibilidade de defesa.

Essa Comissão Parlamentar de Inquérito, repito, se não fosse algo muito grave, seria piada do *Sensacionalista*.

Presidente Rodrigo Maia, Deputados e Deputadas, Líderes partidários, isso é grave. Isso faz com que a Câmara dos Deputados tenha a sua imagem ainda mais colocada em xeque pela sociedade brasileira. Só há um caminho para essa CPI, que é o seu fim imediato, porque ela está sendo utilizada para fins escusos.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o PMDB? (*Pausa.*)

Como vota o PP? (*Pausa.*)

Como vota o PSDB? (*Pausa.*)

Como vota o PR? (*Pausa.*)

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o voto é “não”.

**O SR. VALDIR COLATTO** (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB vota “não”.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O voto é “não”, para toda a base, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A base vota “não”, excluído o PSB.

Como vota o PT?

**O SR. SÁGUAS MORAES** (PT-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT vota “sim” a esse requerimento.



Nós estamos dizendo desde o começo que isso não é uma renegociação de dívida. Na verdade, trata-se de uma moratória de 3 anos, que joga a dívida para daqui a 3 anos, ou seja, joga o problema para daqui a 3 anos. Quem estiver no Governo do Estado daqui a 3 anos vai ter uma bomba na mão. Isso também estabelece uma série de condicionantes extremamente perniciosas para o serviço público e para o servidor público. Não poderá haver concurso público, exceto em substituição de vacância de alguns servidores. Não poderá haver a ampliação de serviços públicos, porque está proibido contratar novos servidores. Não poderá haver novas escolas, não poderá haver novas creches. Então, isso é piorar a situação dos Estados, que já estão com dificuldades.

Portanto, nós somos favoráveis à renegociação e à reestruturação da dívida, contra a moratória e as condicionantes.

**O SR. BEBETO** (PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PSB vota “não”.

Como vota o PSOL?

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL vota “sim”, porque entendemos que a crise dos Estados, notadamente a do nosso Estado do Rio de Janeiro, tem vários fatores, entre eles o sempre oculto fator da corrupção, do descalabro, da falta de planejamento.

A situação do ex-Governador, encarcerado e com perspectivas nada alvissareiras quanto à saída daquela situação — talvez nem Ministro amigo dê jeito, como no caso de Eike Batista —, é reveladora da profunda degradação, do malcuidado com as contas públicas, do patrimonialismo, do benefício pessoal.





---

É claro que esse adiamento do pagamento de dívidas, essa rolagem coloca a União como uma grande agiota na verdade. Daqui a 3 anos os problemas voltam gravemente. Há um contexto novo que precisa ser enfrentado com novas propostas.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

**O SR. DAVIDSON MAGALHÃES** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós somos a favor de uma renegociação justa. O que se está fazendo aqui é uma atitude de agiotagem oficial, pressionando os Estados que estão em dificuldade, inclusive impondo aos Estados condições que quebram a autonomia dos Governadores que foram eleitos com seus programas de Governo. Dificulta a situação dos funcionários públicos estaduais, impõe privatizações, alienação do patrimônio público e impede que seja reavaliado esse montante da dívida, um fator importantíssimo para os Estados.

Na verdade, a forma como está sendo feita a negociação da dívida dos Estados é contrária aos Estados, impede uma atitude autônoma, livre de negociação justa dos Estados.

O PCdoB vota "sim".



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 111.3.55.O**  
**Data: 10/05/2017**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5827**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor do requerimento de retirada de pauta permaneçam com se acham. (*Pausa.*)

REJEITADO.



**O SR. SÁGUAS MORAES (PT-MT)** - Verificação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia)** - Verificação concedida.

**O SR. COVATTI FILHO (Bloco/PP-RS)** - Verificação conjunta, Sr. Presidente.

**O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ)** Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PSOL se declara em obstrução.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita a todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.



**O SR. SÁGUAS MORAES** (PT-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT muda para obstrução.

**O SR. DAVIDSON MAGALHÃES** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB muda para obstrução.

**O SR. JOÃO DERLY** (Rede-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Rede está em obstrução, Sr. Presidente.

**O SR. VINICIUS GURGEL** (PR-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Vinicius Gurgel votou com o partido nas votações anteriores.

**O SR. VALDIR COLATTO** (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB vota “não” e pede aos Deputados que venham ao plenário para votar “não” a este requerimento, a fim de avançarmos em relação à votação.

Sr. Presidente, quero registrar que o nosso time de futebol da Chapecoense foi campeão estadual nesse último final de semana e realmente demonstrou que deu a volta por cima após a tragédia que aconteceu.

Queremos deixar registrados os nossos parabéns aos jogadores, à Direção e à torcida, que realmente está abraçando o Chapecoense e dando a volta por cima depois de uma tragédia que aconteceu lá atrás.

O povo chapecoense é forte, bom, generoso e acredita que tudo tem jeito na vida, homenageando aqueles que se foram, mas também comemorando esse título estadual menos de 1 ano depois da tragédia que dizimou toda a sua equipe. Hoje, o Chapecoense está disputando o campeonato.

**O SR. ALBERTO FRAGA** (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas vota “não” e solicita aos Parlamentares que venham



ao plenário para que possamos derrotar esse requerimento de retirada de pauta. Temos que votar ainda hoje dois ou três destaques e mais a PEC 304.

Por isso, peço aos Deputados do Democratas que venham ao plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Laudívio Carvalho.

**O SR. LAUDÍVIO CARVALHO** (SD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, quero homenagear os policiais civis do meu Estado de Minas Gerais. Hoje é o dia do policial civil mineiro, que vive agonizando. A Polícia Civil de Minas Gerais, a melhor do País, infelizmente, está acabando por falta de investimento e por falta de responsabilidade por parte do Governador do meu Estado, Fernando Pimentel.

Governador, por favor, não faça o que o senhor está fazendo com a minha Polícia Civil. O senhor está destruindo a melhor Polícia Civil deste País. Por favor, Sr. Governador do Estado, não faça isso com a Polícia Civil.

Falo com muita paixão, porque ali eu estive, ali eu trabalhei e estou aqui para defender a segurança pública do meu Estado.

Governador, judiar com a Polícia Civil não!

Sr. Presidente, gostaria que a minha fala fosse registrada no programa *A Voz do Brasil*.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado José Rocha, pela Liderança do PR.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita honra que assomo a esta tribuna para anunciar que fui escolhido por unanimidade, pelos meus colegas, para liderar a bancada do PR, o Partido da República, na Câmara dos Deputados.

Manifesto o meu mais profundo agradecimento aos 38 colegas de bancada e também à Direção Nacional do partido pela confiança em mim depositada. Faço questão de registrar meu reconhecimento pelo competente trabalho desenvolvido até aqui pelo nosso Líder, o Deputado Aelton Freitas.

Representante de Minas Gerais, o Deputado Aelton cumpriu com louvor a missão de liderar nossa bancada nesta Casa. Não tenho dúvidas de que esse reconhecimento é unânime entre meus colegas do PR.

Sr. Presidente, estou consciente de que assumo a Liderança em um momento muito difícil para o País, especialmente para quem milita na vida pública. Envidaremos todos os esforços para manter a união da bancada, debater e votar as propostas de interesse do nosso País.

Hoje a bancada do PR conta com representantes de 23 Estados e do Distrito Federal. Dedicarei uma atenção especial para que nosso partido tenha representantes, aqui nesta Casa, de todos os 26 Estados e do Distrito Federal.

Minha conduta será a de valorizar ao máximo o diálogo com meus colegas de bancada. Vou seguir os ideais do nosso partido, idealizado e criado pelo saudoso diplomata Álvaro Valle, a quem o PR presta justa homenagem. Vou buscar o





entendimento entre meus pares, para corresponder à confiança em nós depositada por cada um dos eleitores, independentemente da região do País.

Também deixo aqui minha mensagem aos servidores da nossa competente Liderança. A assessoria da Liderança cumpre um papel imprescindível para as atividades da bancada nesta Casa.

Os desafios são inúmeros. E tenho a mais absoluta confiança de que, juntos, vamos superar todos os obstáculos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita honra que venho até esta tribuna para anunciar que fui escolhido, por unanimidade dos meus colegas do Partido da República, o PR, para se o Líder da bancada na Câmara dos Deputados.

Manifesto o mais profundo agradecimento aos 38 colegas de bancada e também à Direção Nacional do partido pela confiança em mim depositada. Faço questão de registrar meu reconhecimento pelo competente trabalho desenvolvido até aqui pelo nosso Líder, o Deputado Aelton Freitas.

Representante de Minas Gerais, o Deputado Aelton cumpriu com louvor a missão de liderar nossa bancada nesta Casa. Não tenho dúvidas de que esse reconhecimento é unânime entre meus colegas do PR.

Sr. Presidente, em 1979, fui eleito pela primeira para a Assembleia Legislativa da Bahia, onde cumpri quatro mandatos. Hoje cumpro o sexto mandato de Deputado Federal.



Registro com muito orgulho o triunfo nas urnas, que me garantiram dez mandatos parlamentares consecutivos.

Estou consciente de que assumo a Liderança em um momento muito difícil para o País, especialmente para quem milita na vida pública. Envidaremos todos os esforços para manter a união da bancada, debater e votar as propostas de interesse do nosso País.

Sr. Presidente, hoje, a bancada do PR conta com representantes de 23 Estados e do Distrito Federal. Dedicarei uma atenção especial para que o nosso partido tenha representantes de todos os 26 Estados e do Distrito Federal.

Minha conduta será a de valorizar ao máximo o diálogo com meus colegas de bancada. Vou seguir os ideais do nosso partido e buscar o entendimento entre meus pares, para corresponder à confiança em nós depositada por cada um dos eleitores, independente da região do País.

Também deixo aqui minha mensagem aos servidores da nossa competente assessoria da Liderança. A assessoria da Liderança cumpre um papel imprescindível para as atividades da bancada nesta Casa.

Os desafios são inúmeros. E tenho a mais absoluta confiança de que, juntos, vamos superar todos os obstáculos.

Agradeço, Sr. Presidente.



**O SR. AFONSO MOTTA** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PDT vota “não”.

**O SR. GIVALDO CARIMBÃO** (PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, o PHS vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PHS vota “não”.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra a Deputada Eliziane Gama, pela Liderança do PPS.

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (PPS-MA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, exatamente na semana em que vários países do mundo fazem denúncias ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, em relação ao Brasil, por quebra e não cumprimento de acordos e protocolos em relação à defesa das comunidades indígenas do Brasil, este Congresso, sobretudo a bancada ruralista desta Casa, apresenta um relatório vergonho na CPI da FUNAI e INCRA 2.

Esse relatório, no meu entendimento, é nulo, porque essa nulidade existe desde o momento do nascimento dessa CPI. Esse relatório, Sr. Presidente, na verdade, é uma agressão à defesa dos direitos das comunidades indígenas do Brasil.

Ao recebermos esse relatório, ficou claro que o objetivo dessa CPI é apenas um: retaliar e perseguir índios, sobretudo as comunidades e organizações que fazem a defesa dessas comunidades no nosso território.

Essa CPI chegou a pedir o indiciamento de gente que já morreu, e não pediu o indiciamento de nenhum ruralista vivo. Não pediu o indiciamento de ruralistas e empresários que hoje, inclusive, são indiciados pela Polícia Federal e que respondem a processo por homicídio.

Há requerimentos que nós protocolamos e que nem sequer foram apreciados pela CPI. Esse é o resultado do trabalho dessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

O relatório pede o indiciamento de Procuradores da República, o que, diga-se de passagem, é um erro formal, porque não cabe à CPI fazer esse pedido de



---

indiciamento. Caberia a ela somente o encaminhamento de representação às autoridades competentes.

Sr. Presidente, poderíamos fazer o destaque de vários pontos do relatório, mas infelizmente o tempo não permite.

E quanto à luta histórica pela demarcação de territórios indígenas no Brasil, olhem o que a CPI faz: pede a reanálise de todas as demarcações de terras indígenas em andamento no Brasil. Isso é uma agressão! Isso é uma piada! Isso merece de nós repúdio, Sr. Presidente! Mas é isso que está para ser aprovado nessa CPI, que é comandada por ruralistas desta Casa.

Pedi o indiciamento de padres e fez denúncia contra o CIMI — Conselho Indigenista Missionário, porque, segundo o Relator, estariam descumprindo algumas determinações e princípios cristãos adotados pela Igreja Católica no Brasil. O CIMI faz a defesa dos índios e está presente hoje nos principais locais de conflitos, a exemplo do que ocorre no Estado do Maranhão, que vive neste momento situação conflituosa, em que índios gamelas foram massacrados, numa tentativa de assassinato.

Esse é o relatório que foi apresentado pela CPI da FUNAI e INCRA 2.

Nós fizemos um voto em separado e um relatório em separado. Pedimos, então, aos colegas, sobretudo, sensibilidade para fazer uma avaliação e pedir o arquivamento desse relatório, que não representa, em nenhum momento, o ideário das comunidades indígenas do Brasil.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



**O SR. GIVALDO CARIMBÃO** (PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- O PHS muda o voto para “obstrução”, Sr. Presidente.

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMB entra em obstrução. Nós somos totalmente contra o PLP 343. Nós não achamos correto prejudicar mais ainda os trabalhadores, os servidores públicos, os aposentados, congelar salários, proibir concursos públicos, proibir reajuste de salários de servidores. O PMB não concorda com isso. Nós defendemos o encontro de contas com relação às perdas decorrentes da Lei Kandir. Isso faria com o Estado de Minas Gerais e outros Estados saíssem da condição de devedores e passassem à condição de credores.

O PMB é totalmente contra qualquer projeto que retire direitos dos trabalhadores, dos servidores públicos, dos aposentados, como os projetos relativos à terceirização, à reforma trabalhista e à reforma da previdência. O nosso voto nessas matérias é “não”. Vamos votar contra a reforma da previdência. O Governo pode taxar os bancos, fazer auditoria da dívida pública, cobrar dos sonegadores, combater as injustiças, as superaposentadorias. O Governo tem mil e uma possibilidades e não precisa jogar nas costas...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Givaldo Carimbão.

**O SR. GIVALDO CARIMBÃO** (PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria deixar registrado no plenário da Câmara dos Deputados um alerta à Polícia Civil e à Polícia Federal, no sentido de que se mobilizem para defender os seus interesses aqui na Câmara dos Deputados.



Ontem foi votado o relatório da reforma da previdência. Ficaram de fora Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Exército, Marinha e Aeronáutica. Ficou acordado que tirarão do texto também os agentes penitenciários e aqueles que trabalham em entidades de aplicação de medida socioeducativa. O que restou? PRF, Polícia Civil e Polícia Federal. Seria importante que esses setores se mobilizassem para que toda a área de segurança seja retirada da proposta e discutida à parte.

Para completar, Sr. Presidente, deixo o alerta: são só três segmentos. E agora me dizem que há também a Guarda Municipal. Isso não é justo. Excluíram Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e vieram agora os agentes penitenciários e os agentes das unidades socioeducativas. Só deixaram de fora desse grupo a Polícia Federal, a Polícia Civil, as Guarda Municipal e a Polícia Rodoviária Federal. Isso não é justo.

Quero deixar registrada a minha posição: votei contra e votarei contra a reforma, mas é importante fazer este alerta, para que as categorias da segurança pública que estão incluídas na reforma da previdência possam se mobilizar. Vou repetir: Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal e Guarda Municipal.

Deixo aqui registrada a minha posição, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 19;

NÃO: 236;

ABSTENÇÃO: 3;

REJEITADO O REQUERIMENTO.





**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa o Destaque nº 23, com o seguinte teor:

*Requeiro, nos termos do art. 161, inciso I, combinado c/ o § 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja votado em separado o artigo 11 do substitutivo apresentado ao PLP 343/2017, com finalidade de supressão.*

*Sala das Sessões, 05/04/2017*

*PSD/GO - Thiago Peixoto*



**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, houve um acordo para aprovarmos este destaque, suprimindo esse artigo do texto. Por isso não há necessidade de encaminhamento. Esse foi o acordo fechado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Então todos votam “não”?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - Isso. Todos votam “não”.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** - Isso, Sr. Presidente. Eu só queria fazer um registro que acho importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Vamos colocar o voto “não” na orientação para todos.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Este destaque foi apresentado pelo PSD. Há também o próximo destaque, apresentado pelo PSB. Ambos tratam basicamente do mesmo tema, embora este destaque em apreciação seja mais abrangente, o que prejudicará o próximo destaque.

Nesse sentido, Sr. Presidente, nós já havíamos construído um acordo para aprovarmos este destaque, suprimindo o art. 11 do substitutivo.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu voto “não”.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** - Então, nós estaremos cumprindo esse acordo, e aqui quero registrar o compromisso com o Líder do PSD, Marcos Montes, com a Líder Tereza Cristina, como a Deputada Laura Carneiro já havia registrado.

Nós todos da base vamos votar “não”, pela aprovação do destaque apresentado, portanto, retirando do texto o art. 11.



**O SR. GLAUBER BRAGA** - Peço a palavra para orientar o PSOL, Sr. Presidente.

**O SR. DELEGADO FRANCISCHINI** - Peço a palavra para orientar o Solidariedade, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL vai continuar em obstrução. Nós não podemos deixar de dizer ao Brasil que é esta matéria que está possibilitando que o Governo Federal privatize as estatais e que o Governo do Rio de Janeiro venha a privatizar a Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE por preço de banana.

É esta a matéria que queria ampliar a contribuição previdenciária dos servidores de 11% para 14%, no mínimo, proposta que foi rejeitada pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Como nós continuamos contra o conjunto da matéria, porque entendemos que é preciso renegociar, sim, mas com contrapartidas draconianas, não, o PSOL vai manter a sua obstrução, dizendo ao Brasil que as estatais não podem ser vendidas por preço de banana, como quer o Governo Federal.

O PSOL está em obstrução.

**O SR. DELEGADO FRANCISCHINI** - Sr. Presidente, peço a palavra pelo Solidariedade.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 111.3.55.O**

**Data: 10/05/2017**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5827**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está iniciada a votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o Solidariedade, Delegado Francischini.

**O SR. DELEGADO FRANCISCHINI** (SD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido Solidariedade acompanha o acordo do Governo. Nós entendemos que os recursos entregues ao Judiciário e ao Ministério Público foram aprovados pelas Assembleias.

Nós não podemos interferir nessa divisão, principalmente na divisão dos Poderes Estaduais. Nós vamos inviabilizar a atividade do Poder Judiciário, do Ministério Público, muitos com obras que atendem a população de diversas cidades.

Interromper o repasse ou recolher o fundo é inviabilizar o atendimento do Poder Judiciário, do Ministério Público, principalmente às pessoas mais pobres que precisam de justiça no País.

Por isso, o Solidariedade vota “não” ao destaque, Sr. Presidente.

**O SR. PEPE VARGAS** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas registrar que na votação anterior, mesmo estando presente em plenário, acabei não votando. Mas, se tivesse votado, eu votaria com a orientação da bancada do Partido dos Trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Marcos Montes.

**O SR. MARCOS MONTES** (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a postura ética que o Líder do Governo, o Deputado Aguinaldo Ribeiro demonstrou aqui, em um acordo que fizemos, com todos os partidos, com o Deputado Pedro Paulo.



Acho que esse destaque faz justiça à gestão, faz justiça àqueles que realmente têm trabalhado, principalmente nas comarcas do interior, cujos recursos são muito escassos. Esse fundo realmente ajuda muito e melhora, cada vez mais, a condição do Judiciário, do Ministério Público, que tem feito um grande trabalho ao Brasil.

É claro que todos nós temos as nossas exceções. Aqui mesmo, nesta Casa, nós as temos. Mas, no cômputo geral, o Judiciário e o Ministério Público fazem um grande trabalho.

Esse fundo é fruto de uma gestão coerente, de uma gestão eficiente, que faz com que essas comarcas possam realmente ter a oportunidade de zelar pelos membros da sua sociedade.

Por isso, agradeço ao Líder Aguinaldo, aos representantes de todos os partidos. Nós apoiamos esse projeto da recuperação fiscal dos Estados, principalmente em virtude de uma conversa que tivemos com os representantes do Rio de Janeiro. Nós achamos que esse destaque é muito justo e requer o apoio de todos.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado a todos que votarão a favor do destaque.

**O SR. RICARDO IZAR** - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - É importante lembrar que este destaque vai garantir a votação da supressão do art. 11.

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei de acordo com a orientação do PSOL, logicamente.

Estávamos em obstrução. Registro aqui o meu voto junto com o PSOL.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O Deputado Célio Silveira está com a palavra. *(Pausa.)*

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a supressão do art. 11 viabiliza o início do ano judiciário, porque a devolução ao final do ano impediria que, no início do ano, a Justiça pudesse fazer o seu trabalho.

Portanto, é extremamente importante a supressão do art. 11, que iria obrigar a devolução de todos os recursos do Judiciário ao Poder Público. E, a partir de então, o início do exercício subsequente ficaria totalmente inviabilizado.

A supressão do art. 11 permite a continuidade da atividade judiciária ao início de cada ano sem a necessidade de que o Tribunal de Justiça fique dependente da liberação de verba do Executivo, o que, às vezes, demora muito e acaba inviabilizando, como eu falei, o início do ano judiciário.

Assim sendo, quero cumprimentar o Deputado Aguinaldo, que trabalhou na possibilidade de manutenção do destaque, suprimindo o art. 11, que é o acordo que estamos votando agora.

Parabéns à Justiça brasileira!.

**O SR. JOÃO CAMPOS** - Sr. Presidente, o PRB entende...

**O SR. RICARDO IZAR** - Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Só um minutinho.

O Deputado Célio Silveira está com a palavra. *(Pausa.)*

É questão de ordem, Deputado?

**O SR. RICARDO IZAR** (Bloco/PP-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito, com fundamento no art. 60, inciso I, § 2º, da



Constituição Federal, combinado com os arts. 270 e 362 do Regimento Interno do Senado, que a Presidência interrompa imediatamente a tramitação da PEC 304/17 na Câmara dos Deputados por violação ao devido processo legislativo.

O trâmite desta PEC — originalmente PEC 50/16, no Senado — não respeitou o interregno de 5 dias úteis entre turnos de votação no plenário, o que é exigido expressamente pelo Regimento do Senado para a tramitação de PECs. A votação desta PEC ocorreu em um único dia, 14 de fevereiro de 2017, com o afrontoso intervalo de meia hora.

A fundamentação está na Constituição Federal, Subseção II - Da Emenda à Constituição:

*Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:*

*I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;*

.....

*§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.*

Há fundamentação também no Regimento Interno do Senado, na versão consolidada pela Mesa Diretora, no Capítulo XIII, *Da Apreciação das Proposições*, Seção I, *Dos Turnos*:

*Art. 270. As proposições em curso no Senado são subordinadas, em sua apreciação, a um único turno de*





*discussão e votação, salvo proposta de emenda à  
Constituição.*

Há outra fundamentação ainda, no Título IX, *Das Proposições Sujeitas a  
Disposições Especiais*, Capítulo I, *Da Proposta de Emenda à Constituição*

*Art. 362. O interstício entre o primeiro e o segundo  
turno será de, no mínimo, cinco dias úteis.*

Explicação.

É inadmissível que, face a envergadura e natureza jurídica da espécie legislativa em discussão — uma emenda à Constituição —, em nítida violação ao princípio democrático do Estado de Direito, que tal Casa permita a perpetuação de vício no devido processo legislativo.

A votação em dois turnos dessa PEC, com intervalo de meia hora, ocorreu em plenário, no dia 14 de fevereiro de 2017, graças ao Requerimento nº 920, de 2016, aprovado em 30 de novembro de 2016, com mais de 70 dias de antecedência naquela Casa.

**O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA** - Sr. Presidente, o PDT quer orientar.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - Peço a palavra para contraditar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não, não é necessário.

**O SR. RICARDO IZAR** - Eu não acabei, Sr. Presidente.

Sabemos todos que todo ato administrativo...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Essa questão de ordem já...

**O SR. RICARDO IZAR** - Eu a complementei, Sr. Presidente.



**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - Peço a palavra para contraditar, Sr. Presidente.

**O SR. RICARDO IZAR** - A resposta que eu tinha recebido dizia que... Eu não havia colocado que o requerimento, para apreciação dos dois turnos, teria o intervalo de 5 dias. E, no requerimento, não havia a justificção. É necessária a justificativa para interromper. Com isso, houve um vício legislativo.

Então, para que isso não acabe no Judiciário, nós podíamos voltar e fazer o trâmite legal desta PEC.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Peço a palavra para contraditar, Sr. Presidente.

Esta questão tem que ser arguida no Senado da República, e não na Câmara. Nós recebemos o processo do Senado, ele tramitou regularmente aqui na Câmara, e essa questão levantada deveria ter sido feita oportunamente no Senado.

Aqui não cabe esta questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como orienta a bancada, Deputado Célio Silveira, pela Liderança do PSDB?

**O SR. CÉLIO SILVEIRA** (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero apenas ratificar as palavras do nosso Líder do Governo e dizer "não" a este destaque.

Quero parabenizar todas as Lideranças que chegaram a esse importante acordo. Nós não podemos retroceder quando o nosso Judiciário, na maioria das vezes, faz um bom trabalho para a sociedade brasileira. Nós não poderíamos voltar aos anos 80, quando o Judiciário era totalmente dependente do Poder Executivo.



A sensibilidade desta Casa faz com que o Judiciário tenha autonomia, que as pequenas comarcas não sofram para comprar as coisas mínimas necessárias ao bom funcionamento do Judiciário.

Por isso, ratificamos o nosso voto “não” a este destaque e parabenizamos toda a Casa por este importante ato nesta noite, que mantém o Poder Judiciário firme, autônomo e independente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Carlos Henrique Gaguim.

**O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM** (Bloco/PTN-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós também gostaríamos de manifestar o nosso apoio a esta retirada, em reconhecimento ao trabalho do Poder Judiciário do meu Estado do Tocantins, na pessoa da Presidente Juliana, e de toda a corporação.

Durante o meu Governo, implantamos o FUNJURIS para que o Poder Judiciário pudesse atender grande parte dos que realmente precisam recorrer à Justiça no nosso Estado.

Quero parabenizar esta Presidência, na pessoa do Presidente Rodrigo Maia, por ter votado no dia de hoje matérias de interesse da população e do Brasil. Então, o Poder Judiciário pode contar com o nosso apoio para o trabalho que vem fazendo em todo o Brasil, principalmente no Estado do Tocantins.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

**O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA** (PDT-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente, eu queria cumprimentar o Relator, o Deputado Pedro Paulo. Há 2 semanas, nós fizemos o pedido para que ele suprimisse o § 1º



desse art. 11, que não mexesse nos fundos, porque o dinheiro dos fundos não era oriundo do Governo do Estado. Não era justo que o Governo do Estado se apropriasse desse dinheiro, porque era dinheiro oriundo de taxas e custas processuais. E naquele momento o Relator assumiu o compromisso de suprimir esse § 1º.

Hoje, surpreendentemente, ele foi além. Ele atendeu o Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, os Tribunais de Contas e suprimiu todo o art. 11.

Portanto, a nossa participação aqui é para cumprimentar o Relator, que foi sensível àquilo que nós pedimos e terá o total apoio do PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Otavio Leite.

**O SR. OTAVIO LEITE** (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com profundo pesar, eu informo o falecimento de um grande brasileiro no dia de hoje: Rodrigo Lopes.

Filho de Lucas Lopes, Ministro da Fazenda de Juscelino Kubitschek, o homem do plano de metas, era genro de Juscelino Kubitschek, casado com a nossa querida Maria Estela Kubitschek.

Ele era um pensador e escritor. Foi Secretário de Desenvolvimento Econômico do Rio de Janeiro e trabalhou intensamente na formulação do plano estratégico do Rio de Janeiro. Sua trajetória deixa um conjunto de realizações e contribuições muito importantes para o Brasil.

Sem dúvida nenhuma, ele merece todas as nossas homenagens por tudo que fez em termos de formulação teórica em vários ensaios e livros em prol do desenvolvimento do nosso País.



**O SR. DAVIDSON MAGALHÃES** - Sr. Presidente, eu peço a palavra para orientar pelo PCdoB.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

**O SR. DAVIDSON MAGALHÃES** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, essa posição é importante, porque garante os recursos do Judiciário. Essa medida recompõe o texto da Constituição que garante o duodécimo ao Judiciário.

Eu faço um apelo, neste momento em que a Câmara dos Deputados faz essa sinalização ao Judiciário. Segundo a Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, há hoje a ameaça de fechamento de 100 comarcas no Estado. A sinalização é esta: voltemos a discutir esse tema.

Comarcas importantes como a de Ibirataia, Buerarema, Iraquara e tantas outras não podem ser fechadas, porque, como isso, a Justiça se afasta do povo. O acesso à Justiça é fundamental. A maior injustiça é o povo não ter acesso à Justiça, principalmente o povo mais carente do interior da Bahia.

Por isso, o PCdoB vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - Vamos lá, Presidente! É isso mesmo!  
Encerre a votação!

**O SR. RUBENS BUENO** - Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Pode falar, Deputado.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de apenas registrar o pedido feito pelo Procurador-Geral de Justiça, o Dr. Ivonei Sfoggia. Nesse pedido, estava implícito exatamente o que



---

aconteceu nesta tarde com o acordo para suprimir o art. 11 e, com isso, fazer com que esses fundos atendam órgãos e poderes independentes.

Acho que é fundamental essa votação. Parabenizo a Casa por esse acordo em favor do País.

**O SR. JOÃO CAMPOS** - Sr. Presidente, o PRB deseja colocar a sua posição.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação.

**O SR. JOÃO CAMPOS** (PRB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, por favor, em nome do PRB, estou colocando a nossa posição. O PRB entende que a manutenção do fundo de modernização e reequipamento do Judiciário em cada Estado da Federação em nada prejudica o projeto de recuperação fiscal dos Estados.

Mas também entende e constata que foi exatamente esse fundo que fez com que o Poder Judiciário pudesse avançar substancialmente em cada Estado, com estrutura adequada, equipamentos adequados e comodidade, para o cidadão ser atendido e o servidor do Poder Judiciário realizar, a contento, o seu trabalho.

É exatamente por isso que o PRB recomendou o voto “não”.

Obrigado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - Vamos encerrar, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 3;

NÃO: 270.

SUPRIMIDO O TEXTO.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 111.3.55.O**  
**Data: 10/05/2017**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5827**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está prejudicado o Destaque nº 34.





**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse destaque também foi objeto de acordo e, na verdade, é por inclusão. Então, inversamente ao anterior, o voto é “sim” para todos.

Diz o projeto na sua justificativa:

*As novas condições previstas pela Lei Complementar nº 156/2016 relativas às dívidas refinanciadas com base na Lei nº 8.727/1993 tiveram alcance insuficiente, o que não aliviou a situação de todos os entes, nem de algumas autarquias e empresas públicas de Estados. Isso aconteceu porque a Lei Complementar nº 156/2016 concentrou-se nas dívidas refinanciadas com base na Lei nº 9.496/1997.*

Portanto, por acordo, todo mundo votará “sim”, pela aprovação desse destaque apresentado pelo Sr. Deputado Jovair Arantes, Líder da bancada do PTB.

É “sim” para todos.

**O SR. MARCOS MONTES** - Sr. Presidente, gostaria de agradecer a aprovação do destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Vamos lá. Destaque nº 1.

**O SR. VITOR VALIM** (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Vitor Valim votou com o partido na votação passada.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - É só votar agora, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Passa-se à orientação de bancada.



**O SR. MARCOS MONTES** (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, só gostaria de fazer um agradecimento a todos os que votaram pelo destaque anterior e parabenizar o Deputado Thiago Peixoto e o Deputado Heuler Cruvinel, que são os autores do destaque.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Destaque nº 1:

*Senhor Presidente,*

*Requeiro, nos termos do art. 161, II, § 2º, combinado com o art. 117, IX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação da Emenda nº 10 relativa à seguinte proposição: PLP 343/17.*

*Sala das Sessões, 28 de março de 2017.*

*Jovair Arantes*

*Líder PTB*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A orientação é no sentido do voto “sim” para todos.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Todo mundo vota “sim”, Sr. Presidente, menos o PSOL. Há acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Todo mundo vota “sim”. E como o PSOL vota? *(Pausa.)*

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** - Sr. Presidente...

**O SR. JOÃO CAMPOS** - Sr. Presidente, o PRB deseja orientar.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - Abra o painel, Sr. Presidente.

**O SR. JOÃO CAMPOS** (PRB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB orienta a sua bancada e solicita a todos os Deputados que compõem esta Casa que efetivamente votem “sim.

Essa é uma questão apenas de se fazer justiça. Ao aprovarmos esta emenda, estaremos garantindo condições para que dívidas refinanciadas com base na lei de 1993 passem a ter o mesmo tratamento dado pela legislação do ano passado àquelas dívidas que foram refinanciadas com base na lei de 1997. Goiás é um dos Estados exemplos disso.

Vamos fazer justiça e garantir o mesmo tratamento a todas as dívidas.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - Abra o painel, Sr. Presidente



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 111.3.55.O**

**Data: 10/05/2017**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5827**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está aberta a votação.



**O SR. ALEXANDRE BALDY** (Bloco/PTN-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, também faço aqui a orientação do Bloco do PP/PTN/PTdoB, alegando que essa matéria é fundamental para os Estados que não foram abrangidos pelo recálculo de endividamento proposto na Lei Complementar nº 156, de 2016, que se concentrou apenas naqueles abrangidos pela lei de 1997.

Como disse anteriormente o Deputado João Campos, o Estado de Goiás e outros, que não foram beneficiados com o recálculo proposto pela Lei Complementar nº 156, poderão ser beneficiados com base na lei editada em 1993.

Assim, solicito aos Deputados e às Deputadas que votem “sim”, para que possamos fazer justiça ao Estado de Goiás e aos demais Estados que foram prejudicados por não terem sido incluídos na Lei Complementar nº 156.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Giuseppe Vecci, como autor.

Eu informo que a questão de ordem do Deputado Ricardo Izar, como disse o Deputado Arnaldo Faria de Sá, cabe ao Senado Federal, não à Câmara dos Deputados.

Inclusive já há decisão do Supremo Tribunal Federal no sentido de que essa é uma deliberação interna de cada uma das Casas.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** - Sr. Presidente, o PSOL quer orientar.

**O SR. GIUSEPPE VECCI** (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de externar que, na década de 90, a renegociação das dívidas dos Estados e dos Municípios que foi feita concentrou-se basicamente — conforme colocou meu colega Alexandre Baldy há pouco — em duas leis: a Lei nº



9.496, que concentrou quase 460 bilhões de reais das dívidas de Estados e Municípios, e a Lei nº 8.727, uma lei residual, que concentrou outra parte das dívidas.

No ano passado, nós votamos a Lei Complementar nº 156, que se concentrou só nas dívidas referentes à Lei nº 9.496 e ignorou as da Lei nº 8.727.

Estamos propondo — esse destaque é para isso — que o PLP 343 possa dar o mesmo tratamento dado pelas Leis nºs 9.496 e 8.727.

Com isso será dado um tratamento igual a todos, beneficiando 24 Estados brasileiros. Tão somente o Amapá, o Distrito Federal e o Mato Grosso não estão incluídos.

Uma lei representa tão somente 9 bilhões de reais, enquanto a outra representa 460 bilhões de reais, menos de 2%.

O destaque certamente daria um tratamento igual a todas as dívidas de Estados no Brasil.

É esse o nosso posicionamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL está em obstrução.

**O SR. ASSIS DO COUTO** (PDT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Assis do Couto votou conforme a orientação do partido na votação passada.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria, por questão de justiça, de fazer um registro.



Antes desse destaque, havia um destaque do PPS à Emenda nº 65, o Destaque nº 25, que foi retirado pelo eminente Líder Arnaldo Jordy.

Não poderia deixar de fazer aqui o registro de que nós havíamos feito um apelo ao Líder Arnaldo Jordy, que tem a preocupação legítima de também criarmos alternativas e instrumentos de auxílio àqueles Estados que cumpriram o dever de casa e, portanto, tiveram o seu equilíbrio fiscal mantido. Por isso, fizemos o apelo e o compromisso de trabalhar para que pudéssemos ampliar os instrumentos nesse sentido.

Então, queria registrar esse gesto do Líder Arnaldo Jordy, que permitiu que pudéssemos chegar até aqui.

Por fim, esse último destaque foi um acordo construído também por todos. É importante que os Deputados venham votar essa matéria, que ajuda a construir alternativas.

Da mesma maneira, o Governo já havia sinalizado para que fosse ampliado o prazo do pagamento das dívidas pelo BNDES, para gerar fluxo de caixa para aqueles Estados que cumpriram, repito, o dever de casa.

Portanto, eu não poderia deixar de aproveitar este instante para fazer o registro da construção que foi feita aqui, por todos os partidos da base, para que pudéssemos...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Evair Vieira de Melo.

**O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO** (PV-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mais uma vez uso a tribuna para fazer um apelo ao





Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, o Marcos Pereira: que S.Exa. desate o nó que deu ontem, no mercado de café, quando anunciou que estava autorizando a importação de café com tarifa zero. Queria pedir aos colegas Parlamentares do PRB que me ajudassem nessa questão.

Ora, Sr. Presidente, caros colegas, no momento em que o Brasil precisa gerar empregos e melhorar a sua receita, o Ministro anuncia que o País vai importar café com tarifa zero em plena colheita do grão. Isso não contribui para a balança comercial brasileira, isso desemprega os brasileiros. Foi uma entrevista mal dada e mal fundamentada, que criou pânico.

Eu queria fazer um apelo para que o Ministro viesse a público e desatasse esse nó, trazendo tranquilidade aos cafeicultores e trabalhadores do País. São mais de 3 milhões de brasileiros que têm na produção de café a sua atividade mais importante.

Sr. Presidente, dou também meus discursos como lidos.

#### PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na data de 10 de maio, comemoramos o aniversário de emancipação política do meu Município de Venda Nova do Imigrante.

Localizada a 104 quilômetros da Capital e pertencente à Região das Montanhas Capixabas, Venda Nova do Imigrante é a cidade com maior altitude do Estado, cuja sede fica a 830 metros de altura. Sua economia é voltada para a agricultura familiar e turismo.



---

A cidade tem forte imigração italiana e é detentora do título de capital nacional do agroturismo.

É famosa por seus quitutes, como queijos, pães, doces, licores e vinhos de fabricação caseira, que são distribuídos em pequenas lojas espalhadas pela cidade. Além do mais, ela é detentora do recorde Guinness por ter produzido a maior goiabada do mundo.

Meus parabéns à cidade de Venda Nova do Imigrante por seus 28 anos e pelos próximos que virão!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o mês de maio é muito importante para a história do Estado do Espírito Santo.

No dia 23 deste mês, comemoramos a fundação de nossa primeira cidade, Vila Velha, e, por consequência, o início da colonização do Espírito Santo, sendo esta a data de comemoração do aniversário do nosso querido Estado.

Além do Município de Vila Velha, vários Municípios comemoram seu aniversário neste mês. São eles: Boa Esperança, Santa Maria de Jetibá, Laranja da Terra, Conceição do Castelo, Venda Nova do Imigrante, Água Doce do Norte, Águia Branca, João Neiva, Alto Rio Novo, Pancas, São Gabriel da Palha, Santa Leopoldina, Marilândia, São José do Calçado, além da já citada Vila Velha.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na data de 9 de maio, comemoramos o aniversário de emancipação política do meu Município natal de Conceição do Castelo.



A 95 quilômetros da Capital Vitória e integrante da Região das Montanhas Capixabas, Conceição do Castelo foi colonizada por europeus, principalmente portugueses e italianos. Sua economia está ligada à agricultura e ao turismo.

As belezas naturais e as fazendas históricas da cidade são o destino ideal para aqueles que querem curtir as vantagens do agroturismo.

A cidade preserva sua cultura e história nas praças e igrejas e nos costumes dos imigrantes que vivem na região.

Parabéns, Conceição do Castelo, por seus 54 lindos anos de vida!

**O SR. GIUSEPPE VECCI** - Sr. Presidente, quero convidar os Deputados do PSDB e demais Deputados para virem votar, porque precisamos de quórum para esse destaque.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como esse é o último destaque, eu quero aproveitar a presença do Governador do Rio de Janeiro para dizer aos Governadores do Rio Grande do Sul, de Minas, aos demais Governadores e também aos Prefeitos e ao próprio Governo Federal que a crise fiscal brasileira é a maior crise fiscal da história brasileira.

Olhando para os Estados do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, percebemos que, se tivesse havido um acordo trabalhista com redução de gastos, tanto públicos quanto em termos de folha de pagamento, os salários estariam dia. Bastava que se fizesse um entendimento mostrando a crise, a redução de receita, que é algo que se faz desde a criação do método das partidas dobradas na Idade Média, quando foram, pela primeira vez, colocados o débito e o crédito.



Cada vez que se gasta mais do que se arrecada, o que acontece? Com exceção da União, que tem como lançar títulos e mandar imprimir moeda, os Estados e Municípios não têm essa condição, não podem fazer empréstimo, não podem lançar título e não têm como imprimir moeda.

O acordo trabalhista, que serve para as empresas manterem o emprego, deveria ter sido utilizado.

Agora V.Exas. estão recebendo um conjunto de medidas que poderá debelar as crises, reduzindo as despesas sem comprometimento e sem endividamento.

O que vai acontecer com a negociação? Vão se entregarem os anéis e vão acabar gastando o dinheiro no custeio.

Deixo o alerta para economizarem, Srs. Governadores e Prefeitos do Brasil, para que não aconteça uma quebradeira! Lembrem-se do caso de Detroit. O Brasil vai começar a ter que pensar que, em crise fiscal de Estados e Municípios, vai ter que deixar falir o Município e o Estado, porque a sociedade, o cidadão, o contribuinte brasileiro não suporta mais pagar a conta pela incompetência de gestores que não cuidam do equilíbrio econômico e financeiro dos seus Estados, Municípios e da própria União.

Não há mais espaço para aumentar impostos. Este é um conselho de quem está aqui há 26 anos e tem 45 anos de vida pública. Não adianta querer tirar leite de onde não tem. Nós estamos numa grave crise fiscal, da qual não saímos ainda, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Luis Carlos Heinze.



**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, na questão indígena, independentemente da CPI, o Presidente Michel Temer deve e vai adotar, junto com o Ministro da Justiça, uma atitude corajosa e de respeito às leis brasileiras.

O que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Presidente Dilma Rousseff fizeram foi um verdadeiro absurdo. Usando o Conselho Indigenista Missionário, parte do Ministério Público Federal, ONGs nacionais, ONGs internacionais, eles fizeram uma verdadeira baderna com a Constituição brasileira e criaram lá a tal de posse imemorial. Pelo amor de Deus! Não respeitaram a Constituição Federal brasileira, de outubro de 1988.

Só no meu Estado do Rio Grande do Sul, Deputada Yeda Crusius, são mais de 30 processos para se desalojarem 10 mil famílias de pequenos agricultores, que estão nas terras desde 1850. Imagine V.Exa.! Isso é um verdadeiro absurdo. E por aí se vai no Brasil afora.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Peço que conclua, Deputado.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** - Então, é imperioso, é urgente que o Ministro da Justiça, Osmar Serraglio, homem sério, homem decente, homem comprometido com o Brasil, possa dar andamento à revisão desses processos que existem em todo o Brasil, de norte a sul.

Ouvi agora o Deputado Weverton Rocha falar do caso do Maranhão, que aconteceu lá em Viana. São pequenos agricultores de 1, 2 ou 3 hectares. É um verdadeiro absurdo falsos índios quererem tomar a terra dessa gente.



Portanto, em boa hora, o Ministro Osmar Serraglio vai tomar uma posição firme com o Presidente Michel Temer, para acabar com essa baderna que se fez com ONGs nacionais e ONGs internacionais.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ODORICO MONTEIRO** (Bloco/PROS-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, o Deputado Odorico Monteiro votou com o partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado José Airton Cirilo.

**O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO** (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente quero dizer que, na votação anterior, votei com o partido.

Mas eu queria registrar que, agora há pouco, encerrou o depoimento do nosso ex-Presidente Lula. Demorou. Foi um longo tempo, mais de 4 horas de depoimento.

O ex-Presidente Lula, mais uma vez, reitera a sua convicção de que ele é uma pessoa séria, correta e inocente. Esperamos que o Juiz Sergio Moro venha a absolver o Presidente Lula dessa acusação.

O povo brasileiro sabe da importância que o nosso Presidente Lula teve na história do País e ainda terá pela frente, porque ele é jovem. Com carinho, o povo foi lá manifestar sua solidariedade e seu apoio ao Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Pedro Paulo. *(Pausa.)*

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** - Vamos encerrar, Sr. Presidente.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Vou encerrar a votação.

**O SR. PEDRO PAULO** (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero agradecer aos Deputados e aos partidos que construíram esses últimos dois acordos e esse sistema de justiça, com a retirada do art. 11.

Também agradeço aos Deputados Lucas Vergilio e Alexandre Baldy, de Goiás, que conseguiram a inclusão de benefícios para o Estado nesse projeto.

Como esta é a minha última fala nesse processo que encerra definitivamente a votação do Regime de Recuperação Fiscal, eu queria fazer um agradecimento a todos os Deputados e Deputadas e a todos os partidos, em especial os partidos da base do Governo, que fizeram essa construção.

Esse projeto está nesta Casa há quase 6 meses. E hoje nós chegamos à vitória com a criação desses instrumentos.

Agora, é claro, ele será encaminhado ao Senado. Mas acreditamos que, sem dúvida alguma, o Senado, de forma célere, também irá aprovar esse projeto, que se destina aos Estados que estão em pré-falência e permite que eles tenham uma alternativa de recuperação.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero trocar o voto do PSOL para “sim” e dizer que, na nossa avaliação, está se criando uma metodologia nova para estabelecer esse alongamento das parcelas, e, ao mesmo tempo, a referência deixa de ser a taxa SELIC para ser a Tabela Price, que no caso de financiamento de imóveis muitas



vezes é favorável, digamos assim, ao comprador, ainda que nem sempre, a depender da instituição bancária.

Com a possibilidade de os juros serem menores do que a SELIC, nós vamos votar “sim”. Mas desconfiamos que isso aqui é uma bomba que está sendo desmontada para quiçá ser remontada lá no Senado. Então, há muitas dúvidas, mas como há um ar de positividade para os Estados, nós votamos “sim”. É claro que a União deverá arcar com certa “perda” — entre aspas —, considerando os possíveis juros menores.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o que nós vimos aqui há pouco foi o discurso de ódio contra os indígenas e os quilombolas, um discurso que busca rasgar a Constituição brasileira, que assegura direitos a esses povos tradicionais.

O que nós vimos aqui é o retrato exato do relatório da CPI da FUNAI e INCRA 2, um relatório que busca indiciar o CIMI, vários religiosos, vários procuradores, vários antropólogos, sem que tenham cometido crime algum. Querem indiciá-los apenas porque defendem os direitos dos povos tradicionais e a Constituição. Esse é o ódio desses que querem estender as suas cercas para terras que não lhes pertencem e enfiar estacas na Constituição brasileira e na nossa brasilidade. Esse é o discurso de ódio expresso na construção de uma CPI que tem um único objetivo: acabar com a FUNAI.





Aliás, o próprio relatório diz que é preciso extinguir a FUNAI e acabar com a intenção de que construamos um Brasil que reconheça a sua própria história e que se reconheça enquanto Nação.

Por isso nós dizemos aqui que há uma CPI em curso que foi construída sem fato determinado e existe para defender o interesse do agronegócio e do latifúndio neste País. Se a preocupação fosse com o minifúndio, se a preocupação fosse com o pequeno produtor, haveria que se trabalhar a perspectiva de indenizar a terra nua e as benfeitorias das propriedades daqueles que ocuparam as terras com boa-fé.

Sr. Presidente, chega de cinismo e chega de ódio!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Goulart.

**O SR. GOULART** (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero agradecer ao Deputado Thiago Peixoto e ao Deputado Heuler Cruvinel pela apresentação do destaque que retira o art. 11. Quero também agradecer às Lideranças o acordo feito.

Cumprimento toda a Magistratura, na pessoa do Dr. Jayme Martins de Oliveira Neto, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros — AMB. Também cumprimento o Dr. Paulo Dimas, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e o Procurador-Geral do Estado de São Paulo.

Parabéns a todos vocês pelo trabalho! Essa vitória é dedicada a todas as instituições sérias do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Davidson Magalhães.



Vou encerrar a votação.

**O SR. DAVIDSON MAGALHÃES** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de dar como lido e que fosse divulgado pelos meios de comunicação desta Casa discurso em que informo que a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia — COELBA, distribuidora de energia elétrica baiana, fechará o Centro de Operação e Distribuição em Itabuna. O Centro de Operações funciona com cerca de 30 funcionários, e todos serão deslocados para Salvador e para Vitória da Conquista.

A unidade de atendimento já tinha perdido funcionários. Isso significa que Porto Seguro, Teixeira de Freitas e Eunápolis, no sul e no extremo sul do Estado, ficarão sem atendimento direto à população. São 600 mil consumidores na região que ficarão sem atendimento direito.

É a precarização da assistência ao consumidor por parte da distribuidora, cuja qualidade do serviço de atendimento vem caindo. Faço esta denúncia para que a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia — AGERBA e a Secretaria de Infraestrutura do Estado acompanhem de perto o problema e interfiram no sentido da manutenção do Centro de Operações em funcionamento, porque o sistema de distribuição de energia elétrica no Estado da Bahia, especialmente no interior, tem caído em qualidade na assistência e no atendimento, notadamente nas emergências, resultado do processo de privatização, de precarização e de terceirização que está acontecendo nesse setor estratégico da economia baiana.

Peço então à AGERBA a fiscalização para que não caia a qualidade desse serviço e que o Centro de Operações seja mantido próximo às regiões sul e extremo



---

sul da Bahia, para que o atendimento e a qualidade do serviço sejam garantidos aos consumidores tanto individuais quanto empresariais da nossa região.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uso a tribuna nesta oportunidade para denunciar que a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia — COELBA fechará o Centro de Operações e Distribuição em Itabuna. O Centro de Operações de Itabuna opera com cerca de 30 funcionários, que serão deslocados para as centrais de Salvador e Vitória da Conquista.

A unidade de atendimento em Itabuna possuía cerca de 180 funcionários até o final do ano passado, e o seu cairá agora para cerca de 100. As operações de Itabuna serão agora atendidas pela central de Salvador, que atenderá a Capital baiana e a Região Metropolitana: Santo Antônio, Valença, Itabuna, Eunápolis, Porto Seguro e Teixeira de Freitas. Parte das regiões sul, extremo-sul e sudoeste do Estado era atendida pelo Centro de Operações de Itabuna.

É importante frisar que a mudança fará com que os Centros de Operações fiquem distantes dos 600 mil consumidores da região. Quero que essa denúncia chegue à AGERBA e ao Secretário de Infraestrutura, Marcus Cavalcanti, para que possam interferir pela manutenção do Centro de Operações em funcionamento.

Itabuna mais uma vez é prejudicada na Bahia. A COELBA vira as costas para o sul da Bahia, depois de já diminuir o quadro de funcionários em outras unidades de Itabuna, no início deste ano, deslocando cerca de 40 funcionários para a região extremo-sul, agora enxugará o seu quadro próprio em Itabuna, reduzindo o quadro de 180 colaboradores para menos de 100.



Pela importância do tema, gostaria que este pronunciamento fosse divulgado nos meios de comunicação da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Efraim Filho.

**O SR. EFRAIM FILHO** (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aproveito a oportunidade, praticamente no encerramento da votação do projeto, para agradecer à bancada do Democratas a atuação uníssona nesta matéria. Pouco a pouco, com o apoio de V.Exa., também conduzindo junto à bancada os argumentos, vencemos as resistências que existiam.

Os democratas, todos juntos, deram uma grande demonstração de solidariedade ao povo do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Cito, especialmente, o nome daqueles que representam essas bancadas do Democratas: do Rio de Janeiro, temos aqui o Deputado Francisco Floriano, o Deputado Marcos Soares, o Deputado Sóstenes e V.Exa., Deputado Rodrigo Maia; de Minas Gerais, o Deputado Carlos Melles e o Deputado Misael; e, do Rio Grande do Sul, o Deputado Onyx.

Foi muito importante, Sr. Presidente, demonstrar que não se tratava de um projeto para beneficiar Estados que descumpriram com suas obrigações. Não! Trata-se de um projeto que leva em consideração a dignidade humana de servidores que estão sem condições de colocar o pão na mesa de sua família, de pagar a conta da farmácia ou a escola dos filhos. Era uma situação pré-falimentar.

Deus queira que nenhum outro Estado das outras bancadas aqui presentes passe por um momento como esse e precise desse socorro.



Nesse sentido, nós conseguimos convencer a grande maioria do Plenário e tivemos a capacidade de chegar a esse resultado, muitas vezes ultrapassando um discurso de politicagem pequena que leva ao extremo a disputa entre Governo e Oposição, colocando em risco a dignidade dos servidores estaduais.

Parabenizo o Relator Pedro Paulo, que, com paciência, com resiliência, foi superando, pouco a pouco, as resistências que existiam no Plenário.

O seu Rio de Janeiro, Sr. Presidente, tem hoje uma luz para mirar, para olhar o futuro com ares de esperança, depois do que foi construído pelo Plenário desta Casa.

Obrigado ao Democratas por fazer parte dessa construção. Liderar esse processo foi uma grande honra.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Vou encerrar a votação.

Alguém ainda não votou?



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 348;

NÃO: 2;

ABSTENÇÃO: 1.

APROVADA A EMENDA.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Fica prejudicado o Destaque nº 27.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Há sobre a mesa e vou submeter a  
votos a seguinte

**REDAÇÃO FINAL:**





**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.